



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Administração Geral

Ofício Nº 151/2021 - SES/SUAG

Brasília-DF, 20 de janeiro de 2021.

**Assunto:** Aquisição por Dispensa de Licitação.

A Secretaria de Saúde do Distrito federal, neste ato representada pelo Subsecretário de Administração Geral – SUAG/SES - DF convoca as empresas interessadas em participar do no presente Ofício Convocatório de Dispensa de Licitação Emergencial/ Emergencial Judicial; que será instruído com fundamento no Inciso IV, do Artigo 24 da Lei nº 8.666/93 - Regime que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

O objeto do presente refere-se à aquisição do insumo conforme descrição, características, prazos, condições, obrigações e demais informações constantes na tabela abaixo e no Projeto Básico anexo.

ITEM	CÓDIGO BR	TIPO DE BOLSA	UNIDADE FORNECIMENTO	QUANTITATIVO TOTAL
1	295269	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos sem glutamina, <b>com emulsão lipídica 10 a 20%</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	mL	756.505
2	295270	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos sem glutamina, <b>sem emulsão lipídica</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	mL	6.039
3	295269	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos sem glutamina, <b>com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	mL	650.696
4	295267	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina, com emulsão lipídica 10 a 20%</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	mL	152.690
5	295268	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina, sem emulsão lipídica 10 a 20%</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica,	mL	4.924

		forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.		
6	295267	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	mL	45.379
7	295269	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>neonatal</b> , contendo solução de aminoácidos <b>sem glutamina</b> , com ou sem emulsão lipídica 10 a 20% e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas até 500 mL.	mL	76.446
8	295267	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>neonatal</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina</b> , com ou sem emulsão lipídica 10 a 20% e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas até 500 mL.	mL	28.605
9	295269	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>pediátrico</b> , contendo solução de aminoácidos <b>sem glutamina</b> , com ou sem emulsão lipídica 10 a 20% e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 2000 mL.	mL	7.038
10	295267	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>pediátrico</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina</b> , com ou sem emulsão lipídica 10 a 20% e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 2000 mL.	mL	8.547
11	295267	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>neonatal</b> , contendo solução de aminoácidos <b>sem glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas até 500mL.	mL	636.707
12	295267	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>neonatal</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas até 500mL.	mL	317.102
13	295267	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>pediátrico</b> , contendo solução de aminoácidos <b>sem glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 2000 mL.	mL	3.000
14	295267	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>pediátrico</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros	mL	3.000

	componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 2000 mL.	
--	---	--

**Havendo divergência entre a especificação constante no Projeto Básico e a especificação contida no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificação do Projeto Básico. As unidades de fornecimento a serem fornecidas são as especificadas no detalhamento.**

## 1. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

A proposta comercial deverá ser enviada em papel timbrado, com todas as folhas rubricadas e numeradas, assinada pelo representante legal da empresa, via endereço eletrônico [dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com](mailto:dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com), até o dia **01/02/2021**, às **15h**.

- Passada a fase de recebimento das propostas, as mesmas serão avaliadas de acordo com os critérios de aceitação previstos no Projeto Básico. A empresa, cuja proposta tenha sido aprovada após avaliação técnica e que seja considerada a melhor colocada - conforme critérios de julgamento estabelecidos no Projeto Básico - para o item a ser adquirido, deverá encaminhar no prazo máximo de 72 horas/ 3 (três) dias **úteis** contados a partir da solicitação, que será feita por meio do correio eletrônico constantes da proposta, toda a documentação de habilitação solicitada neste Ofício, bem como no Projeto Básico; estando a empresa que não cumprir integralmente à solicitação passível de desclassificação sumária.
- A documentação necessária à habilitação deverá ser apresentada por meio digital, autenticada por cartório competente e/ou validável digitalmente.
- À apresentação da documentação necessária **deverá** ocorrer por meio eletrônico, na forma acima citada. Caso se faça necessário e devidamente motivado, serão solicitadas as documentações originais, de forma a verificar se a documentação apresentada previamente corresponde à original e para posterior arquivamento, conforme inciso II, art. 16, da Portaria SEPLAG nº 459/2016.

## 2. DA PROPOSTA DE PREÇO

### 2.1. OS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA SÃO OS SEGUINTE:

- 2.1.1.** As propostas deverão ter validade não inferior a 90 dias, a contar da data da apresentação, parecer nº 16/2015 – PRCON/PGDF e Art 6º da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, e serão selecionadas pelo critério **MENOR PREÇO POR LOTE**, conforme o § 1º do Artigo 45 da Lei 8.666/93, observados os requisitos de segurança tanto para os usuários quanto para os profissionais de saúde da Secretaria de Saúde;
- 2.1.2.** Todos os custos relativos a transporte, frete, e custos relativos ao serviço, deverão já constar no custo total efetivo das propostas para contratação do serviço;
- 2.1.3.** A apresentação das propostas implicará a plena aceitação, por parte da empresa proponente, das condições estabelecidas no Projeto Básico;
- 2.1.4.** Os produtos da proposta deverão ter "compatibilidade de especificação técnica e de desempenho", conforme estabelecida no art. 15, inc. I, da Lei 8.666/93;
- 2.1.5.** As proponentes deverão apresentar propostas em consonância com as especificações técnicas deste documento com respectivas marcas, modelos e preços dos produtos ofertados;
- 2.1.6.** Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Projeto, que sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- 2.1.7.** É indispensável o parecer técnico para os produtos constantes do Projeto Básico;

**2.1.8.** A proposta da empresa deve estar em **papel timbrado**, datada, assinada, com a especificação em conformidade com o solicitado, contendo descrição clara e detalhada do registro do produto junto à ANVISA, bem como seus respectivos preços, inclusive todas as despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste Certame;

**2.1.9.** Toda a documentação apresentada pelos proponentes deverá ser original ou cópia autenticada e não será aceita documentação vencida;

**2.1.10.** Em caso de produto importado, a empresa deverá traduzir e autenticar todos os documentos que apresentar à SES/DF, por ocasião de alguma resposta ou comprovação por tradutor público juramentado e consularizado;

**2.1.11.** A proposta deve conter correio eletrônico (e-mail) válido para eventuais comunicações, inclusive notificações financeiras;

**2.1.12.** A proposta deverá trazer o preço individualizado de cada item por mililitro (mL) de acordo com o ITEM 1.1 deste Projeto. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, mão-de-obra, gastos com insumos, controle de qualidade e frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura sejam necessários à perfeita execução do objeto desta contratação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da contratada;

**2.1.13.** A empresa poderá apresentar quaisquer outras informações afins que julgar imprescindíveis para a correta análise da proposta;

## **2.2. A PROPOSTA DEVERÁ CONTER:**

**2.2.1.** Nome da proponente, endereço completo, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou no Distrito Federal;

**2.2.2.** Conter o número deste ofício;

**2.2.3.** Apresentar dados bancários, em atendimento ao art. 6º, do Decreto nº 32.767/2011;

**2.2.4.** Para as empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A (BRB). Para tanto, deverão apresentar o número da conta corrente e agência que deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto nº 32.767/2011, publicado no DODF nº 35, Pág. 3, de 18 de fevereiro de 2011.

**2.2.5.** Preço unitário e total do(s) item(s), devendo estar inclusos nos preços ofertados todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação (Havendo divergência entre os preços unitários e total prevalecerá o primeiro, e se a divergência for entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso);

**2.2.6.** Em caso de produto importado, a empresa deverá traduzir e autenticar todos os documentos que apresentar à SES/DF, por ocasião de alguma resposta ou comprovação por tradutor público juramentado e consularizado;

**2.2.7.** Conter a indicação de uma única marca para cada item, sem prejuízo da indicação de todas as características do produto cotado, com especificações claras e detalhadas, inclusive tipo, referência, observadas as especificações constantes no Projeto Básico;

**2.2.8.** A empresa deverá apresentar a AFE (Autorização de Funcionamento de Empresa), CRP (Certificado de Registro do Produto), CBPF (Certificado de Boas Práticas de Fabricação) e Licença Sanitária;

**2.2.9.** A proposta deve conter correio eletrônico (e-mail) válido para eventuais comunicações, inclusive notificações financeiras.

**2.2.10.** A apresentação da proposta implicará plena aceitação, pelo licitante, das condições estabelecidas neste Ofício e no Projeto Básico.

### 3. HABILITAÇÃO

#### 3.1. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

**3.1.1.** A empresa proponente deverá apresentar cotação para o serviço descrito no presente Projeto Básico devendo discriminar pormenorizadamente o serviço cotado, com todos os elementos necessários para a aferição da avaliação técnica dos mesmos (memória de cálculo), contendo o nome da empresa proponente, endereço, números do CNPJ e da inscrição estadual ou do Distrito Federal, estando em papel timbrado, datada e assinada e com a especificação em conformidade com o solicitado, **APÊNDICE II - MODELO DE PROPOSTA**;

**3.1.2.** A empresa proponente deverá apresentar descrição detalhada do serviço ofertado e anexar o respectivo escopo de suas soluções;

**3.1.3.** Os preços unitários, o valor mensal e o valor global da proposta;

**3.1.4.** Os custos decorrentes da execução contratual, mediante o preenchimento do modelo de planilha de custos e formação de preços;

**3.1.5.** Declaração de que a empresa participante possuirá em seu quadro permanente, na data da contratação:

**3.1.5.1.** Responsável Técnico devidamente registrado no Conselho da Classe Profissional que regula a atividade;

**3.1.5.2.** Certificado de Responsabilidade Técnica do Conselho Regional de Farmácia, em plena validade;

**3.1.5.3.** Manual de Boas Práticas de Preparação de Nutrição Parenteral Total Manipulada – conforme Portaria n. 272/MS/SNVS de 8 de abril de 1998;

**3.1.6.** A empresa deverá declarar que tem capacidade para atender a demanda da SES/DF e estudo de validação do transporte de Nutrição Parenteral manipulada para atender às condições estabelecidas no item 4.5.5 da 272/MS/SNVS, de 8 de abril de 1998 – Anexo II – Conservação e transporte e ter asseguradas condições exigidas mediante verificações e monitoração, devidamente registradas. Devendo comprová-la no momento da assinatura do contrato;

**3.1.7.** A empresa poderá apresentar quaisquer outras informações afins que julgar imprescindíveis para a correta análise da proposta.

**3.1.8.** Declaração contendo a indicação de que, no momento da assinatura da Ata de Registro de Preço/Contrato, possuirá aparelhamento e pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, conforme disposto no inciso II do Art. 30 da Lei 8.666/93;

**3.1.9.** Declaração de que a empresa participante possuirá e apresentará, na data da contratação: Programa de Integridade, conforme Lei nº 6.112, de 02 de fevereiro de 2018.

#### 3.2. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

**3.2.1.** O licitante vencedor deverá apresentar a documentação abaixo, podendo ser solicitado novamente no momento da assinatura do Contrato;

**3.2.2.** Para fins de comprovação da capacidade técnica, a empresa deverá apresentar **Atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a empresa prestou ou presta o serviço objeto deste Termo de Referência, compatível em características e em quantidade equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do quantitativo total do(s) lote(s) a que estiver concorrendo;

**3.2.3.** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente

**3.2.4.** Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN 05/2017 SEGES/MPDG;

**3.2.5.** Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do anexo VII-A da IN 05/2017 SEGES/MPDG;

**3.2.6.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do anexo VII-A da IN 05/2017 SEGES/MPDG.

**3.2.7.** Certidão de Regularidade Técnica vigente expedido pelo Conselho Regional de Farmácia do estado onde se situar a empresa vencedora, conforme Resolução CFF nº 577/2013;

### **3.3. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**3.3.1.** A habilitação jurídica será verificada junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**3.3.2.** A licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

**3.3.3.** Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida.

**3.3.4.** Considerando o art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF).

**3.3.5.** Prova de regularidade relativa ao FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (Certificado do F.G.T.S.);

**3.3.6.** Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual/Municipal, do domicílio ou sede do licitante, composta de Certidão Negativa de Tributos Estadual/Municipal, ou positiva com efeito de negativa, expedida pela Secretaria da Fazenda do Governo do Estado/Município, ou outro meio equivalente admitido por lei;

**3.3.7.** As empresas proponentes deverão apresentar declaração de que não utilizam mão-de-obra, direta ou indireta, de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utilizam, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666/93);

**3.3.8.** A comprovação do vínculo desses Profissionais será realizada no momento da celebração do contrato por meio da apresentação do Contrato de trabalho (que deverá ser comprovado por meio de Ficha de Registros de Empregados e/ou CTPS e/ou de Contrato de Prestação de Serviços em caráter permanente), não sendo admitido profissional em fase e/ou Contrato de experiência e/ou Contrato temporário. Caso o profissional seja sócio ou proprietário da empresa participante, a comprovação será mediante a apresentação do Estatuto ou Contrato Social registrado perante a Junta Comercial;

**3.3.9.** Declaração contendo a indicação de que, no momento da assinatura do Contrato, possuirá aparelhamento e pessoal técnico adequado e disponível no Distrito Federal para a realização do objeto da licitação, conforme disposto no inciso II do Art. 30 da Lei 8.666/93.

**3.3.10.** Deve apresentar a Declaração de Indicação dos Responsáveis Técnicos da empresa participante, devidamente assinada pelo representante legal da empresa e preenchida com os dados dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços objeto da presente licitação, registrados perante entidade competente.

### **3.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**3.4.1.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados;

**3.4.2.** Em se tratando de Sociedade Anônima, o balanço deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial do Estado;

**3.4.3.** As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

**3.4.4.** O Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor do lote participante, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

**3.4.5.** A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

**3.4.6.** As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do lote participante, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

**3.4.7.** Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VII-E (da IN 05/2017) de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea “c” acima, observados os seguintes requisitos:

**3.4.8.** a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

**3.4.9.** caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

**3.4.10.** Certidão negativa de efeitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

### **3.5. DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**3.5.1.** Serão desclassificadas as propostas que:

1. Contenham vícios ou ilegalidades;
2. Não apresentem as especificações técnicas exigidas pelo Projeto Básico;
3. Apresentarem preços finais superiores ao valor máximo estabelecido pela contratante no ato convocatório;
4. Apresentarem preços que sejam manifestamente inexequíveis;
5. Não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e a produtividade apresentada.

### **4. OUTRAS DECLARAÇÕES E OBRIGAÇÕES**

**4.1.** Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza;

**4.2.** Declaração de que não utiliza mão-de-obra, direta ou indireta, de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso V, do art. 27, da Lei nº 8.666/1993);

**4.3.** De acordo com a Portaria nº 356 de 29 de junho de 2019, da Controladoria Geral do Distrito Federal, a empresa participante deverá apresentar, na fase da licitação com vistas à habilitação jurídica e no ato na assinatura do contrato, declaração de que não possui servidor da Administração direta ou indireta no quadro societário da empresa, conforme Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019, combinado com o Art. 9º da Lei 8.666/93;

**4.4.** Declaração de que a empresa proponente tomou conhecimento de todos os critérios e exigências descritas no Projeto Básico, bem como no presente Ato Convocatório;

**4.5.** Em caso de divergência entre o presente Ato Convocatório e o Projeto Básico, prevalecerá as normas constantes do Projeto Básico;

**4.6.** É obrigatório à contratada manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, sob pena de rescisão do contrato e da execução da garantia para ressarcimento ao erário, além das penalidades já previstas em lei (artigos 55, inciso XIII, 78, inciso III, e 87 da Lei nº 8.666/1993).

**4.7.** É obrigação da contratada manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital do certame, sob pena de rescisão do contrato e da execução de garantia, para ressarcimento do erário, além das penalidades já previstas na lei (arts.55, inciso XIII, ,78, inciso I, 80, inciso III, e 87 da lei Nº 8.666/1993);

**4.8.** Para habilitação, as empresas deverão estar devidamente cadastradas e habilitas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;



**4.9.** As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.

**4.10.** Respeitar e implantar obrigatoriamente a o Programa de Integridade nas empresas que contratam com a Administração Pública, conforme descrito à lei 6.112/2018.

**4.11.** Apresentar declaração, informando que a empresa proponente cumpre a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência e/ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

**4.12.** Apresentar em tempo próprio a documentação elencada para atendimento aos termos Dispostos na Lei 6.679/2020.

**Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria do Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.**

**HELBERTH GONÇALVES MACAU**  
Subsecretaria de Administração Geral  
Subsecretário Substituto



Documento assinado eletronicamente por **HELBERTH GONCALVES MACAU - Matr.1688795-6, Subsecretário(a) de Administração Geral-Substituto(a)**, em 20/01/2021, às 20:03, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0verificador= 54523010](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=54523010) código CRC= 22589950.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SRTVN Quadra 701 Conjunto C, S/N, 1ª e 2ª andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70723-040 - DF  
(61)3348-6123  
Site: - [www.saude.df.gov.br](http://www.saude.df.gov.br)